

Prefeitura do Município de São Pedro

Projeto de Lei nº 019

de 08 de Março de 2019.

“Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal da Dívida Ativa Executada e/ou Negativada - REFIS, e dá outras providências”.

HELIO DONIZETE ZANATTA Prefeito do Município de São Pedro, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

PROPÕE:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de São Pedro o Programa de Recuperação Fiscal da Dívida Ativa Executada e/ou Negativada - REFIS, destinado a promover o recebimento de créditos da administração direta do Município, decorrentes de débitos tributários e não tributários constituídos, inscritos em dívida ativa e ajuizados ou inscritos nos cadastros de proteção ao crédito, com exigibilidade suspensa ou não.

§1º O REFIS de que trata esta lei deverá ser formalizado em requerimento próprio conforme modelo anexo, reduzido a termo nos autos das respectivas execuções fiscais ou em processos administrativos quando se tratar de dívidas ativas somente negativadas, tendo como escopo a recuperação de receitas municipais inadimplidas, contribuindo para a célere resolução das demandas executivas da Comarca Judicial.

§2º O REFIS terá a sua consecução conduzida pela Procuradoria Geral do Município, com o auxílio do setor municipal de tributação e lançadoria sempre que necessário.

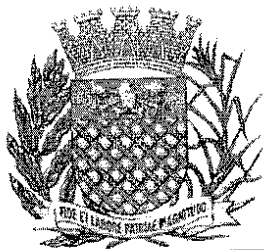
Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do devedor, que fará jus ao regime especial previsto no art. 3º desta lei para pagamento de débitos tributários e não tributários incluídos no Programa, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

§1º Para que sejam incluídos no programa, os débitos tributários e não tributários de titularidade de um mesmo sujeito passivo deverão estar necessariamente ajuizados e/ou inscritos no cadastros de proteção ao crédito, e devidamente consolidados.

§2º O REFIS vigorará por prazo indeterminado, podendo ser revogado por ato unilateral do Chefe do Poder Executivo instrumentalizado por Decreto, justificada a oportunidade e a conveniência do ato.

Art. 3º No Programa de Recuperação Fiscal da Dívida Ativa Executada e/ou negativada – REFIS será aplicado o percentual de redução de cem por cento (100%) dos juros e da multa de mora incidentes sobre o valor consolidado do débito até a data da opção, exclusivamente, e o saldo remanescente poderá ser parcelado em parcelas mensais e consecutivas, respeitados os limites de valor mínimo de cada parcela e de quantidade máxima de parcelas prevista para o caso, conforme a seguinte tabela:

VALOR LÍQUIDO DO DÉBITO CONSOLIDADO	VALOR MÍNIMO DE PARCELAS	QUANTIDADE MÁXIMA DE PARCELAS
Até R\$ 2.500,00	R\$ 50,00	50
R\$ 2.501,00 a R\$ 5.000,00	R\$ 100,00	50
R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	R\$ 200,00	50
R\$ 10.001,00 a R\$ 15.000,00	R\$ 300,00	50



Prefeitura do Município de São Pedro

VALOR DO DÉBITO CONSOLIDADO COM DESCONTO	VALOR MÍNIMO DE PARCELAS	QUANTIDADE MÁXIMA DE PARCELAS
R\$ 15.001,00 a R\$ 20.000,00	R\$ 400,00	50
R\$ 20.001,00 a R\$ 25.000,00	R\$ 500,00	50
R\$ 25.001,00 a R\$ 30.000,00	R\$ 600,00	50
R\$ 30.001,00 a R\$ 35.000,00	R\$ 700,00	50
R\$ 35.001,00 a R\$ 40.000,00	R\$ 800,00	50
R\$ 40.001,00 a R\$ 45.000,00	R\$ 900,00	50
R\$ 45.001,00 a R\$ 50.000,00	R\$ 1.000,00	50
R\$ 50.001,00 a R\$ 55.000,00	R\$ 1.100,00	50
R\$ 55.001,00 a R\$ 60.000,00	R\$ 1.200,00	50
R\$ 60.001,00 a R\$ 65.000,00	R\$ 1.300,00	50
R\$ 65.001,00 a R\$ 70.000,00	R\$ 1.400,00	50
R\$ 70.001,00 a R\$ 75.000,00	R\$ 1.500,00	50
R\$ 75.001,00 a R\$ 80.000,00	R\$ 1.600,00	50
R\$ 80.001,00 a R\$ 85.000,00	R\$ 1.700,00	50
R\$ 85.001,00 a R\$ 90.000,00	R\$ 1.800,00	50
R\$ 90.001,00 a R\$ 95.000,00	R\$ 1.900,00	50
R\$ 95.001,00 a R\$ 100.000,00	R\$ 2.000,00	50
R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	R\$ 2.500,00	80
R\$ 200.001,00 a R\$ 300.000,00	R\$ 3.000,00	100
R\$ 300.001,00 a R\$ 400.000,00	R\$ 3.500,00	115
R\$ 400.001,00 a R\$ 500.000,00	R\$ 4.000,00	125
R\$ 500.001,00 a R\$ 600.000,00	R\$ 4.500,00	135
R\$ 600.001,00 a R\$ 700.000,00	R\$ 5.000,00	140
R\$ 700.001,00 a R\$ 800.000,00	R\$ 5.500,00	145
R\$ 800.001,00 a R\$ 900.000,00	R\$ 6.000,00	150
R\$ 900.001,00 a R\$ 1.000.000,00	R\$ 6.500,00	155
R\$ 1.000.001,00 a R\$ 2.000.000,00	R\$ 10.000,00	200
R\$ 2.000.001,00 a R\$ 3.000.000,00	R\$ 15.000,00	200
R\$ 3.000.001,00 a R\$ 4.000.000,00	R\$ 20.000,00	200
R\$ 4.000.001,00 a R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.000,00	200
R\$ 5.000.001,00 a R\$ 10.000.000,00	R\$ 50.000,00	200
Acima de R\$ 10.000.001,00	R\$ 100.000,00	200



Prefeitura do Município de São Pedro

§1º A validação dos parcelamentos que contemplem valor da dívida consolidada acima de R\$15.000,00 (quinze mil reais) se dará com o pagamento prévio e à vista de 5% (cinco por cento) do débito, a título de primeira parcela, com vencimento para o 1º (primeiro) dia útil consecutivo à data da formalização do acordo, vencendo-se as demais parcelas no mesmo dia dos meses subsequentes.

§2º A validação dos parcelamentos que contemplem valor da dívida consolidada acima de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) se dará com o pagamento prévio e à vista de 10% (dez por cento) do débito, a título de primeira parcela, com vencimento para o 1º (primeiro) dia útil consecutivo à data da formalização do acordo, vencendo-se as demais parcelas no mesmo dia dos meses subsequentes.

§3º Para os parcelamentos que contemplem valor da dívida consolidada de até R\$15.000,00 (quinze mil reais), não haverá o pagamento diferenciado disposto nos §§1º e 2º deste artigo, e a validação do parcelamento se dará com o pagamento da primeira parcela, com vencimento para o 1º (primeiro) dia útil consecutivo à data da formalização do acordo, vencendo-se as demais parcelas no mesmo dia dos meses subsequentes.

§4º O acordo somente será validado mediante o pagamento da primeira parcela.

§5º Uma vez validado o acordo e assim suspensa a exigibilidade do crédito nos termos do art. 64, VI da LC 102/2013 – CTM, o nome do devedor será excluído dos cadastros de proteção ao crédito, havendo nova inclusão em caso de inadimplemento do acordo.

§6º Verificado o integral cumprimento do parcelamento, a Procuradoria Municipal requererá a extinção do processo, devendo neste caso haver prévio recolhimento pelo executado das custas e despesas processuais porventura devidas, por meio de guia própria do Estado, nos termos do art. 39, *caput* e Parágrafo único, da Lei Federal 6.830/80 – Lei de Execuções Fiscais cumulado com art. 91 *caput* do Código de Processo Civil.

§7º Havendo o descumprimento do prazo para pagamento da parcela mensal serão aplicados os acréscimos previstos na legislação municipal, sem prejuízo do disposto no art. 8º, VI, desta lei.

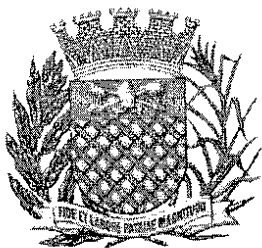
§8º Aplica-se a correção monetária prevista na legislação municipal sobre as parcelas cujos vencimentos ocorrerão nos exercícios seguintes ao da opção de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4º Os débitos serão necessariamente acrescidos das despesas para ajuizamento da respectiva execução fiscal e dos honorários advocatícios, estes últimos incidentes também sobre os valores inscritos/negativados nos cadastros de proteção ao crédito e calculados sobre o saldo remanescente do débito consolidado já com os devidos descontos previstos nesta lei, que serão pagos integralmente em tantas parcelas mensais, iguais e sucessivas quantas forem aquelas correspondentes à opção a que se refere o art. 3º.

Parágrafo único. As custas e os honorários de sucumbência relativos às ações judiciais ou incidentes processuais ajuizados pelo devedor deverão ser pagos na forma do §2º do art. 9º desta lei.

Art. 5º A opção pelo REFIS sujeita o devedor à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida nele incluída, e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito confessado, devendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de prévia verificação do devedor antes da assinatura do Termo.

Parágrafo único. A opção pelo REFIS sujeita, ainda, o devedor:



Prefeitura do Município de São Pedro

I - ao pagamento regular das parcelas assumidas com o parcelamento;

II - ao pagamento regular dos preços públicos, tributos municipais e demais fontes de receitas vincendos.

Art. 6º A opção dar-se-á por meio de requerimento do devedor em formulário próprio constituído pelos anexos desta lei, e será efetivada na esfera judiciária por meio de petição em cartório judicial ou em decorrência de audiências judiciais de tentativa de conciliação, em sistema de mutirão ou não, reduzido a termo e homologado pelo Juízo nos autos das adstritas ações de execução fiscal da Municipalidade, com exceção do REFIS da dívida somente inscrita/negativada nos cadastros de proteção ao crédito que será formalizada e efetivada na esfera administrativa.

§1º A opção pelo REFIS implica manutenção automática dos gravames decorrentes de indisponibilidade de bens em medida cautelar fiscal e das garantias prestadas ou de penhoras/bloqueios efetivados nas ações de execução fiscal ou qualquer outra ação judicial porquanto perdurar o parcelamento, vedada a extinção do executivo fiscal enquanto não houver o integral pagamento do crédito exequendo.

§2º Eventual saldo em dinheiro bloqueado/penhorado nos autos deverá ser utilizado para abatimento do saldo devedor do REFIS.

Art. 7º O devedor poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento(s) em andamento.

Art. 8º O devedor será excluído do REFIS diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta lei;

II – nova inscrição de crédito fiscal ou tributário em dívida ativa, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias contados da sua constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial que o tornou definitivo;

III – falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

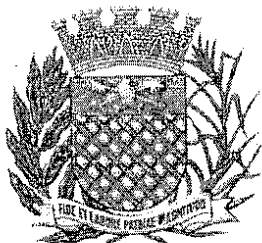
IV – cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecer estabelecida no Município de São Pedro e assumir expressa e solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS;

V – prática pelo devedor optante de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações e/ou a diminuir ou a subtrair receita;

VI – a inadimplência das parcelas de que trata o art. 3º desta lei por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados, o que primeiro ocorrer.

§1º A exclusão do devedor do REFIS provocará a rescisão do parcelamento com imediato ajuizamento da execução fiscal da dívida inscrita/negativada junto aos cadastros de proteção ao crédito e/ou informação ao Juízo da execução já existente para o prosseguimento do processo que poderá ser remetido diretamente para a fase de expropriação de bens haja vista a confissão do débito, restabelecendo-se a exigibilidade da totalidade do débito confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais previstos na legislação municipal, retroagindo a base de cálculo dos encargos legais e moratórios à data do respectivo vencimento originário da obrigação.

§2º A exclusão do devedor na forma do §1º deste artigo será realizada pelo Setor de Tributação do Município, mediante estorno do parcelamento, tão logo ocorram quaisquer das hipóteses previstas nos incisos do *caput* deste artigo, remetendo-se o documento de estorno à Procuradoria Geral do Município para as providências cabíveis.



Prefeitura do Município de São Pedro

§3º Uma vez excluído, o devedor não poderá aderir novamente ao mesmo Programa de Recuperação Fiscal.

Art. 9º A inclusão no REFIS fica condicionada ainda à desistência expressa, irretratável e irrevogável de qualquer tipo de impugnação ofertada pelo devedor em relação à certeza, liquidez e exigibilidade do débito objeto de parcelamento, devendo haver renúncia expressa ao direito em que se fundou o recurso administrativo, os embargos à execução, o incidente processual na execução fiscal, a ação ou o recurso judiciais próprios, ou qualquer outro meio legal de resistência ou impugnação à validade da cobrança.

§1º O formulário de ingresso no REFIS será necessariamente composto pelas declarações e termos contidos nos anexos I a VI que passam a fazer parte integrante desta lei, competindo ao servidor que o receber, na ocasião de sua entrega, verificar e exigir o preenchimento de todos os campos e as respectivas assinaturas, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos do art. 213 da Lei Complementar nº 102, de 26 de dezembro de 2013.

§2º Na desistência de ação judicial, deverá o devedor desistente suportar as custas judiciais e, se cabíveis, também os honorários de sucumbência, os quais ficam fixados a 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.

Art. 10. As obrigações dos devedores decorrentes da opção pelo REFIS, inclusive na hipótese do parcelamento referido no art. 3º, não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos para efeito de licitações públicas no âmbito municipal.

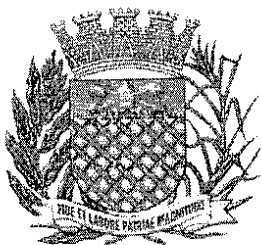
Art. 11. O REFIS não abrangerá compensação de dívida passiva do Município, sujeitando-se os credores ao procedimento próprio de cobrança.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário, com exceção da Lei Municipal nº 2.528, de 20 de maio de 2005 que continua a vigorar concomitantemente.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


HELIO DONIZETE ZANATA

Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de São Pedro

ANEXO I¹

ATO/TERMO DE DESISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO OU RECURSO ADMINISTRATIVO

Identificação

Nome/Razão Social: _____
CPF/CNPJ: _____ Telefone: () _____
Domicílio/Sede: _____
Apto/Complemento: _____ Andar: _____ CEP: _____
e-mail: _____.

Número Cadastro: _____

Sujeito Passivo/Representante legal (nome): _____,
R.G.: _____ C.P.F.: _____.

Ao Sr. Diretor Tributário do Município.

O contribuinte/responsável tributário acima identificado, para efeito de formalizar pedido de parcelamento com base na Lei n^o _____, requer a desistência total da impugnação ou recurso interposto em todos os processos administrativos, referentes aos débitos sob minha responsabilidade que contenham débitos passíveis de parcelamento por meio da lei acima citada.

Declara, ainda, que renuncia a quaisquer alegações de direito sobre as quais se funda(m) a(s) referida(s) impugnação(ões) ou recurso(s).

São Pedro, _____ de _____ de 20__.

Assinatura Contribuinte/
Representante Legal/Procurador
Telefone para contato: () _____

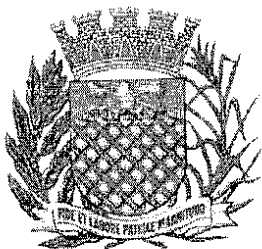
PROTOCOLO

Data: ___/___/___

Prot. n^o _____

Proc. _____

¹ Art. 9^o, §1^o (Lei REFIS/EF). O formulário de ingresso no REFIS/EF/2018 será composto pelas declarações e termos contidos nos anexos I a VI, que passam a fazer parte integrante desta lei, competindo ao servidor que o receber, na ocasião de sua entrega, verificar e exigir o preenchimento de todos os campos e as respectivas assinaturas, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos do art. 213 da Lei Complementar n^o 102, de 26 de dezembro de 2013.



Prefeitura do Município de São Pedro

ANEXO II² PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE PARCELAMENTOS ANTERIORES

Identificação

Nome/Razão Social: _____
CPF/CNPJ: _____ Telefone: () _____
Domicílio/Sede: _____
Apto/Complemento: _____ Andar: _____ CEP: _____
e-mail: _____

Número Cadastro: _____

Sujeito Passivo/Representante legal (nome): _____
R.G.: _____ C.P.F.: _____

O contribuinte/responsável tributário solicita desistência irrevogável e irretratável de todas as modalidades de parcelamento que contemplem débitos passíveis, total ou parcialmente, de inclusão no parcelamento da Lei nº _____ ?
() Sim () Não

Na hipótese de assinalamento da opção "Não", indicar pormenorizadamente as modalidades e/ou parcelamentos para os quais solicita desistência irrevogável e irretratável, informando o número do processo respectivo:

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____

Outras modalidades. Informar o número dos processos de parcelamento:

- 1) _____
- 2) _____

São Pedro, _____ de _____ de 20__.

Assinatura Contribuinte/
Representante Legal/Procurador
Telefone para contato: () _____

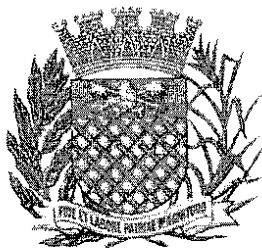
PROTOCOLO

Data: ___/___/___

Prot. nº _____

Proc. _____

² Art. 9º, §1º (Lei REFIS/EF). O formulário de ingresso no REFIS/EF/2018 será composto pelas declarações e termos contidos nos anexos I a VI, que passam a fazer parte integrante desta lei, competindo ao servidor que o receber, na ocasião de sua entrega, verificar e exigir o preenchimento de todos os campos e as respectivas assinaturas, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos do art. 213 da Lei Complementar nº 102, de 26 de dezembro de 2013.



Prefeitura do Município de São Pedro

ANEXO III³ PEDIDO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PEPAR

Identificação

Nome/Razão Social: _____
CPF/CNPJ: _____ Telefone: () _____
Domicílio/Sede: _____
Apto/Complemento: _____ Andar: _____ CEP: _____
e-mail: _____

Acordo nº: _____/2018.
Número Cadastro: _____

Sujeito Passivo/Representante legal (nome): _____
R.G.: _____ C.P.F.: _____

O contribuinte acima identificado, na pessoa de seu representante legal, requer junto à Diretoria de Tributação do Município de São Pedro, com base nos art. 2º da Lei nº _____, o parcelamento de seus débitos tributários e não tributários ajuizados e/ou negativados conforme discriminativo de débitos em anexo, por meio de _____ () parcelas a serem pagas todo dia _____ de cada mês, consecutivamente.

Requer ainda, seja o presente acordo reduzido a termo nos autos da respectiva Execução Fiscal, se no caso, para homologação judicial.

Declara estar ciente de que o presente pedido importa em confissão judicial e extrajudicial irretroatável da dívida, nos termos dos artigos 389 e 395 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (CPC).

Dá-se por ciente de que a inadimplência das parcelas por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados, o que primeiro ocorrer, implicará na sua exclusão do REFIS e na rescisão imediata deste parcelamento de modo que tornar-se-ão sem efeito os benefícios auferidos em relação aos pagamentos porventura efetivados após a rescisão do parcelamento

Reconhece enfim o(a) requerente/executado que deverá proceder ao recolhimento, em guia própria do Estado, das custas e despesas devidas no(s) adstrito(s) processo(s) de execução fiscal.

São Pedro, _____ de _____ de 20__.

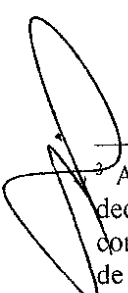
Assinatura Contribuinte/
Representante Legal/Procurador
Telefone para contato: () _____

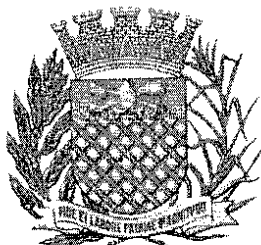
PROTOCOLO

Data: ___/___/___

Prot. nº _____

Proc. _____

 Art. 9º, §1º (Lei REFIS/EF). O formulário de ingresso no REFIS/EF/2018 será composto pelas declarações e termos contidos nos anexos I a VI, que passam a fazer parte integrante desta lei, competindo ao servidor que o receber, na ocasião de sua entrega, verificar e exigir o preenchimento de todos os campos e as respectivas assinaturas, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos do art. 213 da Lei Complementar nº 102, de 26 de dezembro de 2013.



Prefeitura do Município de São Pedro

ANEXO IV⁴

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA OU DESISTÊNCIA DE DISCUSSÃO JUDICIAL

Processo Administrativo nº _____
Execução Fiscal ° _____

Identificação

Nome/Razão Social: _____

CPF/CNPJ: _____ Telefone: () _____

Domicílio/Sede: _____

Apto/Complemento: _____ Andar: _____ CEP: _____

e-mail: _____

Número Cadastro: _____

Sujeito Passivo/Representante legal (nome): _____

R.G.: _____ C.P.F.: _____, vem por meio desta, por livre e espontânea vontade, isento de toda e qualquer forma de erro de fato ou coação, DECLARAR sob as penas da lei que:

() não há qualquer ação, pedido ou recurso onde se discuta judicialmente o referido débito(s) inscritos em Dívida Ativa do Município de São Pedro.

() desiste expressamente de toda e qualquer ação judicial em que esteja discutindo o(s) referido débito(s) inscrito(s) em Dívida Ativa.

São Pedro, _____ de _____ de 20__.

Assinatura Contribuinte/
Representante Legal/Procurador
Telefone para contato: () _____

PROTOCOLO

Data: ___/___/___

Prot. nº _____

Proc. _____

⁴ Art. 9º, §1º (Lei REFIS/EF). O formulário de ingresso no REFIS/EF/2018 será composto pelas declarações e termos contidos nos anexos I a VI, que passam a fazer parte integrante desta lei, competindo ao servidor que o receber, na ocasião de sua entrega, verificar e exigir o preenchimento de todos os campos e as respectivas assinaturas, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos do art. 213 da Lei Complementar nº 102, de 26 de dezembro de 2013.



Prefeitura do Município de São Pedro

ANEXO V⁵ TERMO DE RENÚNCIA

Identificação

Nome/Razão Social: _____ Telefone: () _____
CPF/CNPJ: _____
Domicílio/Sede: _____
Apto/Complemento: _____ Andar: _____ CEP: _____
e-mail: _____

Número Cadastro: _____

Sujeito Passivo/Representante legal (nome): _____
R.G.: _____ C.P.F.: _____

Nos termos do art. 9º da Lei nº _____, venho por meio deste RENUNCIAR ao direito de discutir a certeza, liquidez e exigibilidade dos débitos objetos do pedido de inclusão no parcelamento ora requerido.

São Pedro, _____ de _____ de 20__.


Assinatura Contribuinte/
Representante Legal/Procurador
Telefone para contato: () _____

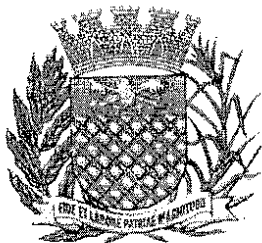
PROTOCOLO

Data: ___/___/___

Prot. nº _____

Proc. _____

 Art. 9º, §1º (Lei REFIS/EF). O formulário de ingresso no REFIS/EF/2018 será composto pelas declarações e termos contidos nos anexos I a VI, que passam a fazer parte integrante desta lei, competindo ao servidor que o receber, na ocasião de sua entrega, verificar e exigir o preenchimento de todos os campos e as respectivas assinaturas, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos do art. 213 da Lei Complementar nº 102, de 26 de dezembro de 2013.



Prefeitura do Município de São Pedro

ANEXO VI⁶ DECLARAÇÃO

Identificação

Nome/Razão Social: _____ Telefone: () _____

CPF/CNPJ: _____

Domicílio/Sede: _____

Apto/Complemento: _____ Andar: _____ CEP: _____

e-mail: _____

Número Cadastro: _____

Sujeito Passivo/Representante legal (nome): _____

R.G.: _____ C.P.F.: _____

DECLARA para efeito de pedido de parcelamento da Lei n° _____, que serão abrangidos todos os débitos que recaem sobre os CPF/CNPJ n° _____.

São Pedro, _____ de _____ de 2018.


Assinatura Contribuinte/
Representante Legal/Procurador
Telefone para contato: () _____

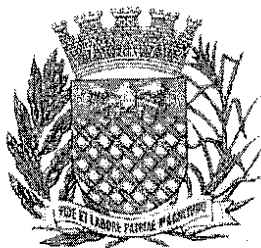
PROTOCOLO

Data: ___/___/___

Prot. n° _____

Proc. _____

 Art. 9º, §1º (Lei REFIS/EF). O formulário de ingresso no REFIS/EF/2018 será composto pelas declarações e termos contidos nos anexos I a VI, que passam a fazer parte integrante desta lei, competindo ao servidor que o receber, na ocasião de sua entrega, verificar e exigir o preenchimento de todos os campos e as respectivas assinaturas, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos do art. 213 da Lei Complementar n° 102, de 26 de dezembro de 2013.



Prefeitura do Município de São Pedro

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Estamos encaminhando a Vossa Excelência para os devidos estudos, apreciação e aprovação por parte desse Egrégio Colegiado, propositura de lei que Dispõe sobre Programa de Recuperação Fiscal da Dívida Ativa Executada e Negativada - REFIS.

Com o escopo de diminuir o ativo permanente do Município, composto por créditos inadimplidos de natureza tributária e não tributária, propõe-se medida legal que visa possibilitar o ingresso de dinheiro aos cofres públicos, buscando-se, pois, o reequilíbrio financeiro-orçamentário da Fazenda municipal.

A presente propositura mantém a estrutura formal e material das leis precedentes aprovadas por essa E. Câmara e recepcionadas pelo E. TJSP, cuja literalidade obedece ao modelo já consagrado pela jurisprudência de nosso País e que é comumente utilizado pela Fazenda Pública da União para o recebimento de seu ativo financeiro.

Este REFIS vem sistematicamente ocorrendo no Município de São Pedro ao longo dos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2017 e 2018, e o resultado da sua implementação foi bastante positivo, na medida em que facilitou aos munícipes a regularização da sua situação de inadimplência para com a Fazenda municipal, e por consequência propiciou novos investimentos públicos com a aplicação da receita recuperada.

Seguindo a mesma diretriz legal o REFIS abrangerá a dívida ativa executada e negativada da administração direta do Município, e será formalizado por meio de petição em cartório judicial ou em audiências designadas no âmbito judicial especialmente para este fim, bem como na esfera administrativa.

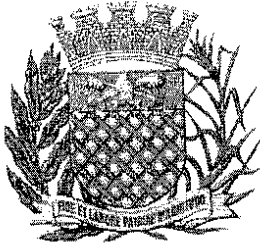
Esta propositura também corresponde à súplica dos Meritíssimos Juízes representantes do Poder Judiciário em nossa comarca que visualizam no REFIS um meio adequado de solucionarem-se litígios, culminando na redução do grande número de executivos fiscais em trâmite nesta instância judicial.

Sendo o que nos oferecia para o momento e contando com a apreciação e aprovação dos Nobres Edís, aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhes protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

HELIO DONIZETE ZANATTA

Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de São Pedro

OFÍCIO Nº 081/PGM

São Pedro, 08 de Março de 2019.

Excelentíssimo Senhor:

Com os nossos atenciosos cumprimentos, dirigimo-nos à presença de Vossa Excelência e a essa Colenda Casa de Leis, com a finalidade de solicitarmos pelo presente, seja deliberado e votado na próxima sessão legislativa, em um único turno, em regime de urgência especial, matéria contida no Projeto de Lei número 19 anexo, que conforme ementa, *Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal da Dívida Ativa Executada e/ou Negativada - REFIS, e dá outras providências.*

A urgência especial se justifica em vista da necessidade de propiciar a célere consecução das medidas de recuperação da receita municipal, e em especial legitimar as audiências de conciliação designadas pelo Juízo de Direito com fundamento no programa.

Sendo o que nos oferecia para o momento, louvamo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevado respeito e distinta consideração.

Cordialmente,

HELIO DONIZETE ZANATTA
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
Cassio Hellmeister Capellari
DD Presidente da Câmara Municipal de São Pedro
Rua Nicolau Mauro, nº 1.011, Centro, São Pedro – SP, CEP único 13.520-000

Número de Protocolo	00148/2019	Câmara Municipal
		Projeto de Lei Nº 19/2019
		Data: 13/03/2019 Hora: 12
		Autor: HELIO DONIZETE ZANA
		Assunto: Dispõe sobre o Pr Recuperação Fiscal da Divi Executada e/ou Negativada outras providências